

EXPERIÊNCIA DA FAMÍLIA CAZUMBÁ NO RECÔNCAVO DA BAHIA

Maria Cristina Machado de Carvalho

Mestranda em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora de História e Sociologia pelo Colégio Adventista de Feira de Santana. Email: chrilcarvalho@hotmail.com

Resumo

Este trabalho consiste em uma discussão que tem como objetivo contribuir para a pesquisa social e histórica na região do Recôncavo, através da análise da história da família Cazumbá. Especificamente investigo como as redes sociais e as experiências da família Cazumbá estão relacionadas com as experiências sociais, econômicas e culturais da história do Recôncavo da Bahia, especificamente São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana como região de ligação para o Sertão.

Palavra chaves: Cazumbá, Recôncavo, pós-abolição

Abstract

This work consists of a discussion which aims to contribute to the social and historical research in the Reconcavo region, by analyzing family history Cazumbá. Specifically investigate how social networks and experiences of family Cazumbá relates the experiences social, economic and cultural history of the Reconcavo of Bahia, specifically São Gonçalo dos Campos and Feira de Santana as binding region for the Hinterland.

Key Word: Cazumbá, Reconcavo, post-abolition

Introdução

Este texto trata sobre as experiências de indivíduos e das famílias no período posterior a abolição, especificamente, a história da família Cazumbá. Faço uma discussão sobre as alternativas encontradas pelos descendentes de libertos, livres e escravos para sobreviver em um período de trabalho livre e em que a sociedade não os percebiam como componentes das relações sociais, em termos de direitos.

Como será preciso ancorar esse trabalho no contexto social e cultural da vida será, coincidentemente, necessário referir à atividade econômica às condições de desenvolvimento da sociedade. Observo, para tanto, que a atividade escrava foi criada por uma sociedade de exploração colonial voltada para o mercado externo o processo pelo qual se deu a abolição e serviu para alimentar as necessidades da economia capitalista em expansão. Inclusão e exclusão socioeconômica dos libertos passam afastadas do plano político onde não se registram mecanismos jurídicos que viessem trazer este para novas relações. Tais processos de diferente duração e diferentes condições de simultaneidade no campo social significam diferentes experiências.

O mundo se abre em uma pluralidade aparentemente inesgotável ao mesmo tempo em que revela a unidade histórica do processo de espoliação conduzido pela atualização do bloco histórico de poder com suas consequências em continuidade e mudanças. Diante disso as teorias social e histórica não podem ser apenas o registro de uma sucessão de manifestações, mas devem perceber o contexto de conflitos, de objetivos determinados por condições de classe e de categorias étnico racial. A afirmação de uma perspectiva histórica da trajetória familiar equivale a uma escolha, qual seja, de registrar as experiências que se circunscreve ao período desde o século XIX, ou que levanta questionamentos sobre o que conduziram a complexidade da trajetória dos indivíduos no Recôncavo às portas do Sertão.

Seguir essas experiências desde o século XIX e as experiências no período posterior é notar que o processo de modernização implantado não tinha o projeto de modificar a conjuntura que estava envolvido os indivíduos recém-libertos. Essa situação

pode ser estabelecida em termos de diferentes momentos da história, marcando a continuidade do sistema escravista e diferenciação social deste território.

O Recôncavo: experiência da família Cazumbá

A proposta inicial foi seguir os rastros da população pós-abolição e compreender quais as estratégias que ela utilizou para inserir-se na sociedade que até 1888 era baseada nas relações de trabalho escravo. Para tanto, faço uma discussão acerca da população do Recôncavo sendo ela proprietária de terra ou trabalhador escravo e livre, representando à dinâmica social, cultural e econômica do Recôncavo as portas do Sertão nos espaços acima citados.

Pretendo neste texto contextualizar o cenário que abarcou as experiências históricas da família Cazumbá em Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, apontando o perfil socioeconômico e demográfico no século XIX, as relações entre senhores e cativos e sociedade livre. Tomo as duas primeiras décadas do século XX fazendo uma discussão sobre a propriedade de terra e as acima elencadas, para assim seguir o rasto deixado pelos indivíduos Cazumbá.

Nota-se que essas experiências constroem a identidade do grupo ao mesmo tempo em que retrata história de luta de migração e deslocamento, além de estarem relacionadas ao trabalho em atividades agrícolas para a subsistência.

Investigar a história da família Cazumbá é ir atrás de rastros deixados pelos indivíduos ao longo da história do Recôncavo fumageiro. Reconstituir essa trajetória só foi possível pela diversidade de documentos que encontrei dentre jornais, escrituras de vendas e compras de terras, procuração, certidão de reconhecimento de filhos, escrituras de compra de escravos, certidão de nascimento, batismo e óbito e depoimentos orais da família e das pessoas que compartilham o mesmo espaço social. Esta diversidade de documentação foi possível para saber a cor, o sexo, a atividade econômica que desempenhavam entre si, bem como, analisar a relações que mantinham com os diversos proprietários da região. Neste artigo, porém, irei restringir aos aspectos a trajetória linear desta família, partindo do meado do século XIX até o meado do século XX.

A minha investigação sobre a família Cazumbá partir da inquietação em saber que seria esta família, uma vez que em Feira de Santana existia um Bairro denominado São João do Cazumbá. Comecei a investigar este bairro em 2007 quando iniciei a pesquisa como bolsista de iniciação científica no projeto “*Itinerários da Memória: comunidades negras rurais e memória de quilombo no Vale do Paraguaçu*” dirigido pela professora doutora Lucilene Reginaldo na Universidade Estadual de Feira de Santana.

Cataloguei diversas comunidades que continham a maioria da população negra e dessa diversidade selecionei apenas duas para ser objeto de investigação científica. São João do Cazumbá que era uma comunidade urbana localizada próxima no Bairro denominado Tomba e ao Centro Industrial do Subaé. E a outra Corredor dos Ferreiras, que era uma comunidade rural, que se formou na segunda metade do século XX, a partir do deslocamento da família Ferreira para um outro território. Esta experiência se torna singular por ser a trajetória de uma família de reдеiros, formando, assim, a história do Recôncavo mais complexa e dinâmica pelas suas experiências e redes de formações sociais, econômicas e culturais nos períodos anteriores e posteriores a abolição da escravidão.

Mesmo que esta diversidade de experiências suscite questões e necessidade de discussão, limitarei aqui a experiência da família Cazumbá.

Tratando desta família as primeiras informações que tive, nesse caso sem nenhuma preocupação com a pesquisa foi na escola quando eu estava na alfabetização. Em minha classe havia cinco pessoas que tinha o sobrenome Cazumbá. Eu e a maioria dos meus colegas achávamos o nome diferente, que delimitava a família, pois todos que encontrávamos com o sobrenome perguntamos se eram primos ou irmão de nossos colegas. Todos eles eram negros e os pais eram trabalhadores rurais. Conheciam de perto a experiência do reдеiro. Convivíamos no mesmo espaço de relações sociais.

Quando iniciei a pesquisa e identifiquei o Bairro São João do Cazumbá a minha orientadora sugeriu que eu investigasse a respeito da família Cazumbá. Naquele momento resistir, pois estava mais interessada em compreender a formação histórica daquela comunidade, saber se era ou não remanescente de quilombo.

As pessoas que selecionei para contribuir com minha pesquisa através do depoimento oral lembravam a experiência de Lucas da Feira e José Ferreira Cazumbá. Segundo os depoimentos Lucas da Feira havia escondido naquele local, para assim fugir da polícia que buscava a fim de prendê-lo. Sobre Lucas da Feira havia pesquisa feita por Lima (1999). Segundo esta autora Lucas era um escravo fugido que teria aterrorizado Feira de Sant'Anna em meados do século XIX. Mas sobre José Ferreira Cazumbá esta autora como outras bibliografias consultadas quase nada trazia a respeito, apenas discorriam que este era companheiro de Lucas da Feira e que o havia traído e entregado as autoridades policiais.

Nos depoimentos orais os moradores diziam que José Cazumbá era amigo de Lucas da Feira que muitas vezes teria escondido no local, em cima de uma árvore e que os policiais passavam em busca mais não os encontravam. José que era amigo de Lucas sabia de seu esconderijo entregou-o as autoridades.

Fui em busca de fontes que viessem desvendar quem era esse homem - José Ferreira Cazumbá. Primeiramente encontrei jornais feirenses que sempre fazia alusão a Lucas e Cazumbá:

Uma multidão de crianças desleixadas pelos pais, pela escola, vagabundando pelas ruas e pelas roças, frequentando pelas mansões terríveis dos vícios. [...] Uns trilhando no latrocínio, outros na bebedice, outros na prostituição, mais outros na valentia e conseqüentemente nas rixas entre os companheiros, modos todos estes como se iniciou Lucas pelas ruas desta cidade. [...] Vi, então por uma imagem do pensamento, todos estes Lucas e Cazumbás incipientes fermentando em seus espíritos os produtos de todas essas perversões, uns porque não têm pai, nem mãe, nem avós, nem tutores, são sós na sociedade, outros porque os têm e são tanto os outros pervertidos morais. [...] (O Município. n. 48, 22 de maio de 1909, p. 1-3)

A memória social no início do século XX era que ambos, Lucas e Cazumbá eram bandidos e que muitas crianças em Feira de Santana estavam seguindo o mesmo caminho dos dois. Até aqui pude notar que havia um forte imaginário social a respeito de Cazumbá, embora não encontrasse documentos primários que comprovassem a existência desse indivíduo. A partir daí fiquei a perguntar se José teria existido mesmo ou apenas era uma lenda que configurava o imaginário feirense.

Fui seguindo todo rastro que poderia sugerir a existência de José. No arquivo da Casa do Sertão na UEFS, encontrei uma diversidade de jornais que circularam em Feira de Santana no final do século XIX e início do século XX e manuscritos do Monsenhor Galvão. Neste encontrei um trecho em que o Monsenhor anotava o óbito de José Ferreira Cazumbá;

Morte de Cazumbá (1857). José Ferreira Cazumbá, casado em (sem identificação) nupciais com Dona Rosa de Jesus, seus filhos natural de São José das Itaporocas. Preso por ter morto a cacete Marcelino Lopes da Silva, em oficial de Justiça evadiu-se em comprade de Lucas no batismo de Calatino, filho do salteador. Para obter o perdão e a prometida recompensa e outros auxílios (Vide Vida Feirense 4/04/1942) (Livro I, Miscelânea| Monsenhor Renato Galvão, p. 382)

O manuscrito apresentou além de informações sobre José Cazumbá apontou pistas importantes sobre o tão intrincado sujeito. Assim que vi a alusão ao jornal Vida Feirense segui a pesquisa no mesmo. Quando peguei os jornais percebi que existia uma diversidade de matérias que relatava a experiência de Lucas. Cazumbá aparece como sujeito secundário a Lucas.

É importante ressaltar que tais jornais só foram publicados no século XX e as notícias era do século XIX. Qual motivo deste estarem relatando sobre sujeitos em momentos tão distantes? Percebi que os jornais que referenciavam ao século XIX foram publicados em 1938 a 1948, período do governo Vargas, momento de golpe de Estado. Como a memória da escravidão já não tivesse tanto expressão, supostamente os auditores de jornais traziam a tonar a história de “herói” da resistência para que a população feirense se mobilizasse contra a ditadura varguista.

O jornal Folha do Norte de 20 de maio de 1939 aponta que José Ferreira Cazumbá era um oficial de Justiça que nos tempos remotos foi companheiro de Lucas e sabia os lugares que ele frequentava e onde se ocultava. Em diligência de justiça Cazumbá fez um ferimento, em atos de resistência em uma pessoa que veio a falecer. “Submetido a processo foi pronunciado, e então ocultou-se”. O juiz cons. Góes, incumbiu ao José Ferreira Cazumbá a missão de capturar Lucas, em troca de livrá-lo do crime. Lucas foi preso por ter sido descoberto por Cazumbá por causa da empreitada feita a qual deixou Lucas ferido.

O mesmo jornal um ano depois traz outra notícia que circulou em 1865 a respeito de Cazumbá. Nesta notícia é o compadre de Lucas que descobriu o esconderijo do mesmo.

José Ferreira Cazumbá andava guiando a polícia pelas serras e matos, até que encontrou na Pedra do Descanso e deu-lhe um tiro. O governo pagou quatro contos e, por isso, Cazumbá foi perdoado de seus crimes, que “não eram poucos”.

O Jornal que noticiar os fatos de Lucas em 1848 apresenta com todo detalhe os episódios que se segue a prisão de Lucas. Neste não apresenta que foi José Cazumbá que achou o esconderijo, mas que Lucas estava em um rancho de palhas com um curativo no braço, feito por Benedicto e uma moça que tinha sido raptada por ele.

Lucas não fez nenhum tipo de resistência, mas um dos homens da força policial chamado Serafim, lhe deram dois tiros no mesmo braço que já estava machucado. Com isso, Lucas implorou a Cazumbá que não o deixassem matar. Lucas foi levado carregado em uma rede. A polícia de “baioneras” mantinha o povo à distância e abria espaço para que os carregadores passassem com Lucas. Ao lado dos carregadores estava José Ferreira Cazumbá a que Lucas pedia que não o deixasse matar. Até aqui não se sabe se Cazumbá fora ou não companheiro de Lucas, muitas são as histórias a esse respeito.

A informação mais precisa sobre José Cazumbá foi encontrada no arquivo do Arcebispado em Feira de Santana. Neste encontrei no livro de óbito a certidão de óbito de José Ferreira Cazumbá. Registra no livro que Cazumbá era casado, pardo e tinha quarenta anos de idade quando morreu. A data da morte foi em 6 de abril de 1856. Foi enterrado no cemitério de São José das Itaporocas. Não se menciona a causa da morte, sendo necessárias ainda maiores investigações, para tornar os dados mais objetivos.

Sobre os filhos e a mulher não encontrei nenhum documento. Apenas o manuscrito de Monsenhor Renato Galvão. Persiste a pergunta: quem foi José Ferreira Cazumbá? Por que o nome tem tanta representação no cenário do Recôncavo baiano?

Mais adiante no final do século XIX encontrei no fórum Ministro João Mendes, em São Gonçalo dos Campos documentos que traz pistas sobre Cazumbá. No arquivo

do tabelionato existe uma quantidade significativa de fontes que informa sobre a família Cazumbá em São Gonçalo dos Campos.

Neste documento nome é João Cardozo Cazumbá. De acordo com as informações nele encontradas João Cazumbá era proprietário de terras no local Cruz.

As terras foram adquiridas em 1879 quando João Cazumbá compra em parceria com Manoel Ferreira de Cerqueira do major Francisco Antônio de Carvalho. Eles compraram a fazenda denominada Várzea pela quantia de um conto e oitocentos mil réis.

Além de compra a fazenda na Cruz João Cardoso Cazumbá vai comprar um escravo por nome de João a d. Anna Joaquina Ferreira de Cerqueira pelo valor de trezentos e cinquenta mil reis. O documento identifica que o escravo João era preto de idade de 19 anos mais ou menos, solteiro do serviço da lavoura natural desta Freguesia. Parece que este se tornou um proprietário de terra e também de escravo. Suponho que este plantasse em sua fazenda fumo e a aquisição de um escravo representava uma posição de poder no espaço de relações escravagistas.

A economia do fumo era familiar, os pequenos produtores cultivavam o fumo com a presença de escravos, tanto na mão de obra tanto quanto produtor efetivo (Teixeira e Andrade, 1988, p. 140). Mattoso (1992, p. 85), salienta que “era comum o proprietário alugar parte de suas terras a pequenos agricultores, o que acabou por criar um grupo heterogêneo de médios e pequenos rendeiros e proprietários”. Ainda norteia que as propriedades que cultivavam o fumo, comportavam, em geral, uma sede (construção térrea, muito simples sem qualquer semelhança com as belas casas grandes dos engenhos) (Mattoso, 1992, p. 90).

Sendo assim a compra e a utilização do escravo por João Cazumbá pode ter variadas significações em um contexto tão diversificado em complexos.

As ligações são diversas. João Cazumbá vai em 9 de abril de 1888 reconheceu 8 filhos que tiveram com Ritta Gonçalves de oliveira, escrava de Antônio Gonçalves de Oliveira.

João Cardoso Cazumbá me foi dito em presença das mesmas testemunhas que sendo solteiro e não sendo herdeiros legítimos teve com Ritta Gonçalves de Oliveira, escrava que foi de Antonio Gonçalves de Oliveira mulher também solteira e desempedida, dito filhos, de nomes Marcolino, Gonçalo, Vicente, Francisco, Manuel, Joanna, Joaquina e Claudina os quaes reconhece por seus legítimos herdeiros como se constituem por seus legítimos herdeiros como se tivessem nascido de matrimonio que passam gozar de todos os direitos e privilégios que a lei em tal caso lhes confere. (Livro do Tabelionato n. 8, 1887 a 1891, p. 29).

Em 1891 Ritta Gonçalves de Oliveira constituiu por seu procurador Honório Alves Pereira ao qual deu poderes para assistir as avaliações e aceitá-las impugná-las no inventário amigável em judicial dos bens deixados pelo falecimento de seu marido João Cardoso Cazumbá.

Suponho que João Cazumbá tenha morrido em 1890. O inventário ainda não foi encontrado. Encontrei outros documentos que apresenta o crescimento econômico dos filhos de João Cardoso Cazumbá.

Vicente Cardoso Cazumbá compra uma posse de terras de lavoura com casa de morar na fazenda “Cruz,” pela quantia de 300 mil reis em 12 de julho de 1895. Comprou de Apolinário Julião Ferreira e sua mulher Elisbana Mendes Ferreira. O limite da fazenda é dada,

com setenta e cinco braças de largura, e o comprimento principiando do vallado da fazenda Cruz até o riacho do “Acu” onde se acha o rumo e por outro lado, dividindo-se com as terras da fazenda “Cruz”, vendem a dita posse de terras com a casa de morar. (Livro 9, p. 74 e 75)

O terreno era vizinho ao que seu pai havia comprado. Supostamente os filhos de João Cazumbá eram produtores de fumo e teria posteriormente adquirido propriedades com o dinheiro do comércio do fumo.

A história da família Cazumbá no Recôncavo merece especial atenção, pois os mistérios ainda não foram revelados. Neste texto apenas expus rastros e pistas encontradas, mas que ainda não reconstrói quem foram eles.

A Guisa de Conclusão

O nome Cazumbá descende do grupo etimológico Cazumbi, Zimbi, Nzumbi, originário do Kibundo Nzumbi, macrogrupo etnolinguístico Bantu. De acordo com o dicionário de Arte Sacra e Técnicas Afro-brasileiras (2003) o significado trata-se de uma entidade espiritual que estar no mundo participando com os vivos. É uma fusão dos espíritos dos homens e dos animais. É um ser fantástico, misterioso.

De acordo com Silva (2011) Cazumbá é de origem centro africana, mas especificamente de Angola e Moçambique da etnia Nhaneka-humbi. Lopes indica que cazumba é uma máscara de procedência africana encontrada em alguns autos populares. (LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, Selo Negro, São Paulo, 2004, p. 180).

O bumba-meu-boi do Maranhão encontrar a figura extraordinária do cazumbá. Manhães, aponta para a presença do cazumba na cultura popular maranhense. Segundo Manhães cazumba é um personagem dos bois da região que alagam na estação das chuvas.

A cultura maranhense apresenta bois com um ritmo compassado, com badalo, pandeirões, chapéus bordados com penas de ema e a presença do cazumba. Pensar na figura da cultura popular no Maranhão em que o Cazumbá esta presente como um folclore, é o mesmo que dizer que esse nome não se constitui apenas como experiência, mas como histórias e indivíduos e grupos do Recôncavo e do Sertão.

Fica assim o questionamento qual o mistério esconde por traz do nome Cazumbá? Quais as experiências este nome está inserido? A investigação minuciosa continua no sentido de desvendar como a família Cazumbá chegou a este local e por que o nome é mantido não apenas pela família em São Gonçalo dos Campos, nas em nomes de Avenidas e Bairro em São Gonçalo e Feira de Santana, isto é essa experiência se constitui como uma experiência de ex-escravos e seus descendentes no Recôncavo e no Sertão da Bahia.

Referência Bibliográfica

ANTONIL, André João. **Segunda parte: Cultura e Opulência do Brasil na lavra do tabaco**. In. : *Cultura e Opulência do Brasil*. 1ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida e. **Memória: topográfica, histórica, comercial e política da Vila de Cachoeira da Província da Bahia**. 1ª ed. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998.

BARICKMAN, B.J. “**Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850- 1881)**”. *Revista Afro-Ásia*, V. 21-22, p. 177-238. (1998- 1999).

BARICKMAN, B.J. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860**. Trad.: Maria Luiza X. de A. Borges. _ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO JUNIOR, Augusto Monte Espínola S. **Memória da Feira sobre o Lucas. Feira de Santana: UEFS, 2005**. (Monografia de Especialização)

CARRIL, Lourdes. **Quilombos, favela e periferia: a longa busca pela cidadania**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

CARVALHO, José. “**Quilombos: símbolos da luta pela terra e pela liberdade**”. *Revista de Cultura Vozes*, Vol. 91, n. 5, (set /out. 1997), p. 149-160.

CARVALHO, M. C. M. de. *Quilombos nos campos da cachoeira (Bahia 1820 – 1850)*. **XI Seminário de iniciação científica III seminário de pesquisa e pós-graduação da UEFS. Semi árido: ciência, ética e cultura**. Anais eletrônicos CPNJ 07. 646. 948/0001-68. 2007.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: A era da informação, economia, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1999.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. “**Pescadores e Baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos Itaparica: 1860- 1888**”. *Revista Afro-Ásia*, v. 33, p. 133- 168. 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho Bar e Botequim,: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Brasiliense: São Paulo, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: Mito, história e etnicidade**. São Paulo, Brasiliense. 1987.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte,

editora da UFMG, Brasileira. 2003.

LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

LIMA, Zélia de. **Lucas Evangelista: o Lucas da Feira; estudos sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849**. Salvador: UFBA, 1990. (Dissertação de Mestrado)

MATOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania na pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador, Itapuã, 1998.

POUTIGNAT, Phillippe. **Teorias da etnicidade: Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo, Editora da UNESP. 1998.

REVEL, Jacques (org.), **Jogos de escalas: experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SLENES, Robert W. “**Histórias do cafundó**”, In. VOGT, Carlos e FRY, Peter, *Cafundó – A África no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras; UNICAMP, 1996.

SPTIZER, Leo. **Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental 1780-1945**. Rio de Janeiro, EdUERJ. 2001

TEIXEIRA, Marli Geralda, ANDRADA, Maria José (org.). **Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos**. Ed. Comemorativa do 1º centenário do município, 1984.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VERMEULEN, Hans. **Imigração, integração e a dimensão política da cultura**. Lisboa, Edições Colibri. 2001.

(<http://www.portalabrace.org/vcongresso/texto/estudosperformance> >Acesso em: 04-08-2010).